

RECENSÕES E NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

BÍBLIA SAGRADA (Coordenação Geral: L. Garmus). Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 1982. 1548 pp., 24 x 16 cm.

Pouco mais de um ano depois de as Edições Paulinas terem editado a Bíblia de Jerusalém (= BJ), também a Editora Vozes lança sua Bíblia (= BV). É inevitável que uma recensão desta última a compare com a primeira, sem a pretensão de manifestar preferência por nenhuma, mas apenas mencionar vantagens e desvantagens.

A BV tem o mérito de ter engajado os biblistas brasileiros não apenas num trabalho de tradução, mas também na confecção das introduções e das notas. Estas são de diversa natureza. Há as que tratam de explicar uma unidade fechada em si (um salmo, p. ex.). Outras, de acordo com o gênero do livro, explicam cada unidade menor em seu contexto (ex.: Coélet, Rm, Hb). Em outros livros não se segue esse critério, mas simplesmente se esclarecem aleatoriamente pontos isolados (ex.: Jr, 1-2 Mc, Mc). Em outros ainda, há como que um sistema misto, oferecendo apenas algumas vezes a explicação da unidade no contexto (ex.: Is). É uma pena que não se haja optado uniformemente por notas do primeiro/segundo tipo. Seria a originalidade maior desta Bíblia e utilíssimo para o leitor médio brasileiro. É para eles, aliás, que via de regra estão voltadas as notas. Não há preocupação com observações sobre a variedade das fontes e a época de composição de

cada perícopo, como é o caso especialmente no AT da BJ. Embora tais observações de história das formas e da redação sejam de inestimável valor para a compreensão do texto, só são acessíveis a um círculo restrito de leitores. A BV, ao contrário da BJ que visava ao leitor médio europeu, quer ser em nosso meio uma Bíblia popular.

Entretanto nem sempre os autores das introduções e das notas conseguem manter o estilo inconfundivelmente claro, agradável e popular da magistral "Introdução Geral" feita por Carlos Mesters. A título de exemplo, veja-se à p. 365 a menção à "recensão lucianéia", sem que se encontre, em parte alguma, explicação do assunto; à p. 543 fala-se em "midrax hagádico", mas o leitor brasileiro médio não encontrará como solucionar o enigma, pois o "vocabulário básico de termos bíblicos" no final do volume só traz um verbete sobre midrax e nada sobre hagadá; paralelismo antitético e paralelismo sintético são termos familiares para quem já estudou exegese ou literatura, mas o leitor comum encontrará dificuldade nessas expressões usadas à p. 756, igualmente sem explicação.

O que se diz da linguagem, vale mais ainda do conteúdo. Não houve cuidado de manter um horizonte comum nas notas e introduções. Tomando novamente como ponto de comparação a introdução de Carlos Mesters que, sem dúvida, em questão de exegese é o que há de mais nosso (prova de que o lugar de nascimento não é decisivo para a naciona-

lidade de alguém...), encontram-se notas que nada explicam. Preocupadas por serem mais “religiosas” que intelectuais (de acordo com a idiosincrasia de nosso povo [? !]), acabam por se apresentar carregadas de um espiritualismo oculto, numa linguagem e mentalidade que mais lembram certa literatura ascético-mística de vulgarização (é o caso, p. ex., das notas a Sl 39/38; 62/61; 72/71; 102/101). Há outras que causam estranheza por serem inúteis (ex.: nota a Mc 15,38). Outras por desatualizadas (ex.: a explicação do termo “pornéia” na cláusula mateana do divórcio [nota a Mt 5,31s]; compare-se com a nota a Mt 19,9 da BJ, onde se adota a explicação em torno à qual parece vigorar atualmente um amplo consenso). Outras ainda se distinguem por falta de reflexão teológica (ex.: na introdução ao Gn, diz-se que este é “o livro da graça divina, apesar de ser o primeiro livro da Lei de Moisés” [26, grifo do recenseador], opondo assim lei e graça, contra a própria concepção vétero-testamentária [Dt], segundo a qual a lei é consequência da graça, resposta do homem à ação libertadora de Javé). Mas os senhores e os exemplos não querem desqualificar a maioria das notas e introduções, algumas das quais se distinguem por sua qualidade (p. ex., a introdução a Dn) ou por sua originalidade (p. ex.: a introdução ao Ct e a nota a Rm 9,2-5).

A tradução pretende ser mais popular do que a da BJ. Entretanto, nem sempre o consegue. A linguagem é ainda elevada, o que não significa um defeito, mas não corresponde ao que a propaganda promete. Nesse tocante, o tradutor do NT, p. ex.,

muitas vezes obscurece e rebusca inutilmente o texto original. Assim ao usar a palavra “solidarismo” em Rm 6,5 e Fl 2,7 para o grego “en homoiómati”. Se, pelo menos, tivesse preferido “solidariedade”, ainda seria vernáculo. Veja-se outro exemplo pior ainda na incompreensível tradução de Cl 3, 35: “... ela [a paz de Cristo] é bem o termo do apelo que vos reuniu num só corpo”. A BJ traduzira: “à qual fostes chamados em um só corpo”. Por que aquela tradução? Vontade de ser exato? Não parece que o texto grego dê razão a complicar desta forma. Enquanto às vezes se afasta assim inutilmente do texto grego e impede a compreensão, outras mantém-se numa literalidade já não mais admissível, como ao traduzir Mc 14,24 “sangue do testamento”, quando até a liturgia já traduz “diathéke” não segundo a literalidade do grego clássico, mas pelo sentido hebraico de “aliança”. Mais grave em sua literalidade pelas consequências dogmáticas provenientes de tradução semelhante é o caso de Rm 5,12 traduzido “naquele em quem todos pecaram”. A BJ, levando em consideração estudos filológicos suscitados pela problemática do pecado original, traduz de forma atualizada: “porque todos pecaram”.

Na tradução do AT há opções que não se entendem bem, como o uso de “israelitas” em abandono da tradução literal e consagrada de “filhos de Israel”. Dos salmos se pode tirar outro exemplo: é a tradução de “hesed wemet” (amor [de eleição] e fidelidade [à aliança]) por “indefectível lealdade”. A expressão não é, como pode parecer, uma hendíadis, mas evoca dois artigos de fé: a eleição e a aliança. Além disso, a tradu-

ção em questão chega a truncar a poesia. Assim no Sl 57/56. No v. 4, lê-se “indefectível lealdade” o que acarreta dificuldade quando no v. 11 as duas palavras voltam separadamente. O leitor não percebe sua repetição, pois “emet” sozinho vai ser traduzido por “fidelidade”, mas à distância de tantos versículos não se percebe mais a sinonímia entre “fidelidade” e “indefectível”. O mesmo problema tem mais peso no Sl 89/88, v. 25 (“indefectível lealdade”), pois tal tradução sintética faz desaparecer aí a dupla de conceitos que é central no desenrolar do pensamento do poeta (cf. v. 2,3, 15 e 34; interessante que no v. 15, embora os dois termos apareçam ligados, opta-se pela tradução em dois substantivos, porque seria violentar demais o texto, onde “hesed wemet” em 15b está em paralelismo com “justiça e direito” em 15a).

Do ponto de vista estilístico, nota-se um estranho esforço por evitar o uso de adjetivos possessivos, onde o original os traz. São omitidos em português, mesmo em detrimento da clareza e da eufonia, como se pode verificar, p. ex., na leitura de Jo 11.

Sem compromissos com uma tradução já padronizada como a BJ ou a TOB, os tradutores da BV puderam sentir-se mais à vontade nas opções por variantes e no modo de traduzir. É interessante comparar textos do mesmo tradutor na BV e na BJ. Luís Stadelmann traduziu Jó e Eclesiastes para ambas as Bíblias. Eis como soa a mais famosa frase de Coélet: “Vaidade das vaidades, tudo é vaidade” (BJ); “Ilusão, pura ilusão! Tudo é ilusão” (BV). Compare-se também em ambas as Bíblias a tradução de Jó 42, 2-6. Ou ainda, na

tradução de Ney Brasil Pereira, as partes poéticas de 1 Mc. Leia-se ainda a tradução de Prov 30, 1-6 na BV (trad. L. Stadelmann), comparando com o mesmo texto traduzido por Ivo Storniolo na BJ. Não parece ser tradução de um mesmo original. Deixando de lado a questão sobre quem traduz correto (pois tal decisão não é da competência deste recenseador), sem dúvida a tradução da BV é muito mais saborosa e provocante, talvez expressão da “luta” pela compreensão de um texto difícil. Em resumo: a liberdade dos tradutores da BV frente a padrões europeus significou indubitável vantagem para a tradução.

Desde o ponto de vista exterior a BV é mais manuseável, pode-se carregar mais facilmente, enquanto a BJ é um volume para ser usado à mesa de trabalho. Mas essa vantagem da BV tem um alto preço a pagar. A apresentação gráfica da BJ é mais agradável aos olhos: os livros poéticos em uma única coluna, o que permite cada verso em uma linha e deixa espaços amplos na página; as introduções e cada livro começam nas páginas ímpares, mesmo a custo de páginas inteiras ou grandes espaços em branco; as estrofes nas obras poéticas são marcadas por espaçamento entre elas; margens largas, onde se distribuem as (abundantes) referências bíblicas de forma prática e visualmente agradável; notas em duas colunas facilitam a leitura. A BV, pelo contrário, é um livro “abarroto de letras”. Toda ela em duas colunas, é necessário interromper os versos das poesias no meio, continuando na outra linha. Quase não deixa espaços, nem mesmo entre dois livros (a introdução a Mc, p. ex., começa no último quarto de uma página com

numeração par). Os salmos e outras obras poéticas são, graficamente, de difícil e desagradável leitura, porque não há espaços para marcas e divisão em estrofes, solução adotada com grande vantagem não só pela BJ, mas até pela “Liturgia Horarum” e pela “Oração do Tempo Presente”. As margens são demasiadamente estreitas. A referência ao alto de cada página dificulta encontrar o livro que se quer, pois o número da página — que numa Bíblia não tem muito interesse — está na parte de fora da página (à esquerda nas páginas pares, à direita nas ímpares), enquanto o título do livro ocorrente está no interior. Com isto, não basta folhear, é preciso abrir completamente a Bíblia para descobrir a que altura se está. Além disso, no Cântico dos Cânticos a referência do alto da página é estranhamente “Cânticos” (com s). As poucas referências bíblicas situam-se mal, ao pé da página. A opção por notas quase só no rodapé da segunda coluna não foi das melhores. O recenseador discorda do apresentador, para quem essa solução gráfica se destina a “não entrar a fluência da leitura [9]; na opinião do recenseador é exatamente o contrário o que acontece.

Os tradutores optaram por traduzir o nome de Deus por “*Senhor*” em itálico, em vez de transcrever Javé. SENHOR, em capitais, já teria sido uma opção melhor. Mas não se entende porque não optar pelo termo “Javé”, já tão familiar ao leitor cristão. Mas escrevendo Javé mesmo e não a rebuscada forma Yahweh, da BJ. A opção estaria magnificamente respaldada na explicação de Carlos Mesters na “Introdução Geral”: “o resumo da Bíblia, a sua mensagem central, é o Nome de Deus... Javé

significa *Emanuel*, isto é, *Deus conosco*, Deus presente no meio do seu povo para libertá-lo” (16). Além disso, a opção por *Senhor* cria dificuldades onde ocorre em hebraico “Adonai Javé”. Neste caso, Javé tem que ser traduzido por *Deus* para evitar a repetição (p. ex., Jr 1,6).

Para estimular a leitura popular e o uso em escola e família, a BV é ilustrada por gravuras e mapas. Os mapas são excelentes. Muitas vezes estão acompanhados de explicações bem elucidativas (ex.: 28,427, 435, 436, 576). Há mapas difíceis de serem encontrados em outras obras acessíveis ao público não especializado (ex.: 58,96). Estão localizados em lugares estratégicos, coincidindo com a leitura (p. ex.: as viagens de Paulo em quatro mapas é uma ótima solução [1316, 1321, 1325, 1333], pois seu itinerário e o avanço para o Ocidente ficam muito mais claro que na habitual apresentação em um único mapa). No tocante à localização estratégica dos mapas, há, é claro, exceções: o mapa da Jerusalém pós-exílica está à p. 435, no interior de 2 Rs, quando só será de utilidade a partir da p. 502 (Esd) ou antes a partir da p. 512 (Ne).

Se os mapas são excelentes, o mesmo não se pode dizer das gravuras de Gustavo Doré. Para que desenterrá-las, quando temos no Brasil um grande acervo de arte sacra? Só para citar alguns exemplos, pense-se nas obras do tempo colonial, conservadas nas igrejas e museus de Ouro Preto, Salvador, Recife..., nas esculturas das reduções jesuítas no Rio Grande do Sul, e mesmo em obras mais recentes como os painéis de Portinari (Pampulha, Belo Horizonte) e de Locatelli (Caxias do Sul, RS). Ilustrar

a Bíblia com reproduções dessas obras teria sido uma louvável iniciativa da Ed. Vozes. Sem dúvida também se haveria de encontrar no acervo artístico brasileiro, algo mais significativo para a gravura da capa, sem precisar recorrer à "National Gallery of Art", de Washington.

São dignos de menção os apêndices. Além das habituais tabelas de pesos, medidas e moedas (1473s), do índice temático, sempre problemático (1493-1511), e da tabela cronológica, bem mais modesta que a da BJ (1541-1548), há um interessante e prático "Vocabulário básico de termos bíblicos" (1513-1539) e o quadro

das leituras para a liturgia dominical, festiva e ferial, em vigor na Liturgia Romana (1475-1492). De fato, a intenção era uma Bíblia que facilitasse o acesso do leitor médio brasileiro à Palavra de Deus.

Esta recensão quis apresentar apenas algumas observações esparsas e nem podia pretender muito mais. Um recenseur exegeta talvez encontrasse observações mais douradas a fazer. Nem por isso as feitas parece deixem de ser pertinentes. Em todo o caso, fica clara a necessidade de fazer uma edição revisada.

Francisco Taborda S.J.

CAZELLES, Henri: *El Mesías de la Biblia. Cristología del Antiguo Testamento*. Editorial Herder, Barcelona (Espanha) 1981. 199 pp., 21 x 13 cm.

O autor deste livro é atualmente um dos exegetas católicos mais em vista, devido às suas inúmeras publicações e à sua competência nas ciências e instituições bíblicas e orientais. É professor do Institut Catholique de Paris e diretor de estudos na "École Pratique des Hautes Études". Há dois anos seus colegas, alunos e admiradores lhe ofereceram uma prenda festiva de 648 páginas, por ocasião dos seus 25 anos de ensino no citado Instituto (Cf.) *De la Tôrah au Messie. Études d'exégèse et d'herméneutique bibliques offertes à Henri Cazelles pour ses 25 années d'enseignement à l'Institut Catholique de Paris*. Edits. M. Carrez e outros. Paris 1981, Éditions Desclées, 648 pp.).

No presente volume, traduzido do original francês, *Le Messie de la Bible*, 1978, para o castelhano, o autor empreendeu uma pesquisa nada fácil, qual seja o Messianismo no AT, mas para a qual ele é um dos mais bem aparelhados. A dificuldade central deste tema reside no fato de que o termo hebraico "machiah" é polivalente, podendo designar tanto o escudo de couro besuntado de graxa de Saul, como pessoas unidas com azeite sagrado, sacerdotes, príncipes e reis (coisa parecida se pode dizer do verbo correspondente "machah": ungi, mas também pintar). Além disto, no AT, o título Messias nunca é atribuído a um rei futuro. No fim da obra Cazelles resume, no Excursus 1, em 26 mais um número, as opiniões de outros tantos autores nos últimos cem anos; a conclusão óbvia que se tira é mesmo: *Quot capita tot sententiae!* Como, pois, abrir caminho em tamanho matagal?

Li atentamente esta obra cheia de

erudição, fruto de imensas leituras e estudos, e não consegui ver o princípio unificante ou ponto de partida para o tema em foco. Pelo que vejo, para C. o messianismo, onde quer que se manifeste, também fora da Bíblia e em qualquer tempo, sempre envolve esperança de tempos melhores, a qual se apóia num chefe "carismático" ligado ou consagrado à divindade.

Posto isto, o autor examina primeiro as ideologias reais do Egito e da Mesopotâmia, de Creta e dos hititas (cap. 2), para então passar ao corpo da obra, tratando, em ordem cronológica, das instituições e idéias predominantes em Israel a respeito do rei e outros chefes no decurso de séculos até o limiar do NT. É uma história com altos e baixos, cheia de revezes e fracassos que modificam as noções e as esperanças nas pessoas responsáveis. Se, p. ex., se dá muita importância ao papel do "Espírito" nos primeiros reis Saul e Davi, no fim da combalida dinastia davídica o profeta Jeremias 'nunca dá um sentido favorável a este termo: para ele se trata sempre do vazio ou do furacão devastador: era a consequência do fracasso da maior parte dos reis. Para Ezequiel o "Espírito" atua não sobre o rei ou o "príncipe", mas sobre o próprio profeta; também nos Salmos falta o Espírito de Deus com relação ao Messias (pag. 134).

Esperaríamos que os *profetas* fossem os grandes arautos do messianismo ou do Messias, e o são mesmo até certo ponto, enquanto, além das ameaças de castigo que proferem, também insistem na esperança de tempos melhores e da restauração pós-exílica. E contudo neles o termo "*ungido*" apenas ocorre duas ve-

zes: Is 45,1 onde, porém, é título honorífico do rei pagão Ciro, e Hab 3,13 onde é aditamento litúrgico.

Quanto aos profetas é ainda interessante notar as seguintes posições do autor: ele é favorável à autenticidade do final de Amós 9, 11-15 (restauração da dinastia davídica); o herdeiro dinástico "Emanuel" parece ser de fato o futuro rei Ezequias, no qual Isaías coloca a esperança do povo na guerra siro-efraimítica; também se podem distinguir várias etapas do messianismo deste grande profeta, p. ex. cc. 6-9 e 28-33. Cazelles também insiste na importância da rainha-mãe na dinastia davídica, o que esclarece os seguintes oráculos: Is 7,14 Mq 5,1 Sl 45 (44), 10ss e mesmo Jr 31,22b. Para Jeremias como antes para Is e Sof o templo santo conta mais que o palácio real, mas também um não vai sem o outro (cf. Jr 30,9). Ezequiel é um sacerdote e grande liturgo, mas não se interessa por um ritual régio nem pelos reis: seu messianismo é "sem unção", i.é, o futuro príncipe não é ungido com óleo santo. O "*Servo de Javé*" tem traços proféticos, mas também reais e sacerdotais e os textos dos seus quatro poemas se devem ler na linha da esperança que Israel punha nas promessas feitas à dinastia davídica. No Trito-Isaías o próprio profeta se proclama "ungido" pelo "Espírito de Javé"; é um messianismo sacerdotal.

Estas opiniões espelham as tendências atuais das pesquisas atinentes ao nosso tema.

É claro que sempre se pode discutir sobre uma ou outra posição adotada, p. ex. com relação a muitas questões cronológicas e em especial em relação ao problema cronológico

dos reis Acaz e Ezequias: eu prefiro a solução do Pe. Vogt (que C. não nomeia): houve erro na transmissão dos números de reinado, tendo Acaz reinado apenas 6 anos e não 16 (734/33-727 a.C.) e Ezequias durante 19 anos, morrendo em 698 com apenas 36 anos. Também não sei porque C. chama Jeremias de "levita benjaminita" (pág. 87): ele era de família sacerdotal, como o diz expressamente 1,1a. Tampouco vejo motivo para distinguir dois discursos no templo (cc. 7 e 26), nem vejo como se possa dizer que o rei Joaquim (num destes discursos) fosse acusado *diretamente*: ele apenas é nomeado em 26,1 em função cronológica ou para datar o discurso. A violenta batalha entre Nabucodonosor e o Faraó na fronteira do Egito no ano 601/600 antes parece ter ficado indecisa, retirando-se os dois beligerantes com graves perdas.

Quanto aos demais livros e textos examinados convém destacar os *Salmos*. O autor trata dos seguintes salmos reais ou do rei (numeração hebraica): 2 e 110 18 20 21 28 72 84 89 101 132; sendo o Saltério o livro de canto do segundo templo (pós-exílio), é digno de nota que se tenha conservado este tema, apesar de não haver mais rei. Além disto são tratados os Salmos de Javé-Rei: 47 93 95-98. O termo "ungido" ocorre dez vezes nos Salmos, o que é relativamente muito. Os Salmos, que são de tempos diferentes, mostram muito bem as flutuações da ideologia real ou messiânica.

Creio que com estas linhas dei uma idéia do livro em apreço. Ficou

claro que ele não é de leitura fácil ou amena. O autor mostra uma imensa erudição e enorme familiaridade com a vastíssima bibliografia. Por minha parte teria gostado de uma conclusão breve ou síntese sobre o que foi o Messias e o messianismo no AT. Há, é verdade, uma conclusão nas págs. 159-162, mas esta definição eu não a encontrei.

Duas palavras a respeito das *notas*: elas cobrem 15 páginas inteiras, mostrando a erudição do autor e sua atualização; lamentavelmente elas estão no fim da obra, obrigando o leitor interessado a sempre manter uma mão nas últimas páginas. É uma maneira abominável de apresentá-las; notas é ao pé das páginas do texto que devem estar, para cumprir sua finalidade. Além disto, estas notas aparecem em tipo tão miúdo que mal se conseguem ler. Não sei, se também o original francês as pôs no fim e com tais tipos.

Finalmente deixo aqui uma *lista de erratas*; elas se referem sobretudo a nomes próprios:

p. 23, linha 11: Klausner, não Kalusner; p. 27, l. 4: pueblos, não peublos; p. 50, l. 10: deverá ser *kôhen* como na l. 4; p. 63, alínea 3, l. 4: Abimemélek; p. 85, al. 3, l. 2: não deveria ser 628 ou melhor 626? p. 88, l. 4: Baruc, não Blaruc; p. 108, al. 2, l. 9: Belo e *Beno*: deverá ser Nebo (cf. al. 4); p. 116, al. 3, l. 2: extranjero; p. 154, al. 3, l. 2/3: macabeas; p. 179, l. 3: deve ser Elliger.

J. Balduino Kipper S.J.

MOSER, Antônio: *O problema ecológico e suas implicações éticas.* Editora Vozes Ltda., Petrópolis, RJ, 1983. 77 pp., 18 x 13 cm.

À primeira vista o problema ecológico poderá parecer de maior relevância nos países do Primeiro Mundo. É lá que encontramos crescente consciência ecológica, fortes movimentos de defesa do meio ambiente, marchas de protesto e até mesmo partidos políticos ecológicos, como "os Verdes", na Alemanha, agora com representantes no Parlamento Federal. A.M. analisa o problema do ponto de vista ético e desde o Terceiro Mundo, mostrando em seu significativo opúsculo que o problema ecológico só é visto integralmente numa perspectiva global, sócio-político-econômica, como efeito de um sistema iníquo de dominação.

O livro está dividido em três partes, segundo a tríade ver-julgar-agir, consagrada na Teologia latino-americana. A primeira parte constata, por uma parte, "o despertar de uma consciência ecológica" (13); por outra, "o despertar de uma nova consciência ética" (29). Frente à poluição, ao problema demográfico, à ameaça e fascínio do progresso, ao fantasma da miséria e da fome, o homem se torna consciente do desequilíbrio que a civilização técnica criou em seu ecossistema. Daí também a consciência da necessidade "de uma recomposição urgente e global, para salvar sua condição humana" (29). Providencialmente cresce também a consciência ética que se desloca das "preocupações eternistas para as preocupações terrestres" (30-32), "do subjetivismo privatista à Macroética" (32-34), do reformismo ético de cunho

social conservador a uma ética da libertação do homem esmagado pela exploração (cf. 34-36). "É só uma Ética deste teor que será capaz de oferecer subsídios válidos para o equacionamento do problema ecológico" (36).

A segunda parte traz a perspectiva teológica para um juízo sobre essa situação de deterioração do ecossistema. A fundamentação de uma resposta cristã ao problema ecológico está na doutrina da criação. Deus fez o homem profundamente ligado a si e às criaturas para levar adiante sua obra criadora. Essa obra será possível na medida em que o homem se põe na perspectiva do Criador; torna-se impossível, quando o homem é incapaz de olhar a criação com os olhos de Deus. O destino do homem se confunde com o destino do mundo e, vice-versa, este com aquele. "Visceralmente unidos para a vida e para a morte, um não subsiste sem o outro. Isto a tal ponto que quando agride a Criação o homem se agride a si mesmo, quando a destrói, destrói a si mesmo" (42). E isso é exatamente o que o homem fez: investiu contra a natureza. O pecado se instalou no coração do homem e daí passou ao mundo. Rebelando-se contra o desígnio de harmonia de Deus, o homem trouxe a desarmonia ao ecossistema.

A terceira parte apresenta um juízo ético sobre a situação e apresenta subsídios para equacionar o problema ecológico. Os diversos aspectos do problema ecológico, constatados na primeira parte (poluição, aceleração demográfica, miséria e fome), são manifestações de uma "situação de pecado", são conseqüência lógica de um "sistema iníquo" de

dominação. O que deve ser questionado por detrás dos sintomas apontados "é um tipo de crescimento econômico e industrial" (49) que não respeita a pessoa humana. Por isso mesmo a solução não se põe meramente (embora também se ponha) em termos de tecnologia, mas em termos éticos de conversão, em que o homem volte a redescobrir o "sentido profundo das coisas" (58) na perspectiva de Deus. Em seu juízo ético, A.M. aponta primeiro para "dois modelos de atitude humana diante da natureza" (58): Jesus Cristo e São Francisco de Assis. Depois explicita as atitudes éticas necessárias: "libertar-se da atitude de dominação sobre as criaturas" (64) e "sobre os irmãos" (66) e também "das engrenagens do sistema" (68), já que "a crise ecológica revela uma crise sócio-econômica e política, gerada pelas injustiças tanto num plano nacional, quanto internacional" (69). Mas, mesmo após esse "apelo ético" (63), os desafios permanecem: desafios quanto ao tipo de sociedade e de progresso a ser propugnado, desafios pelo fascínio que a tecnologia avançada exerce sobre os países subdesenvolvidos, desafios devidos à multiplicidade de frentes em que surge o problema ecológi-

co. Mas o desafio é lançado não só à consciência ética, também à ciência e à tecnologia, pois, se elas sozinhas não solucionarão o problema ecológico, este tampouco se solucionará sem elas. Trata-se de rumar a uma opção tecnológica alternativa.

O autor está consciente das dificuldades, mas seu livro ressuma otimismo e conclui com uma palavra de esperança, jogando com a etimologia dos termos "ecologia" e "ética" que ambos remetem a "casa, morada" (cf. 12): "É nesta direção que a Ética aponta esperançosa: que o homem recoloque seu talento ao serviço da construção de uma morada digna de todos os homens, uma morada um pouco mais à imagem e semelhança daquela casa que o Pai comum planejou para todas as suas criaturas" (77).

Trata-se de um excelente opúsculo, escrito com brilho, clareza e vigor, que também o não-especialista no campo da Teologia Moral lerá com interesse, dada a atualidade do tema e a qualidade do escrito. Especialmente recomendável com subsídio para as aulas de Teologia Moral e Ética.

Francisco Taborda S.J.

RICHARD, Pablo – MELÉNDEZ, Guillermo (editores): *La Iglesia de los pobres en América Central. Un análisis socio-político y teológico de la Iglesia centroamericana (1960-1982)*. DEI, San José (Costa Rica) 1982. 345 pp., 18x11 cm.

A América Central desperta atualmente o maior interesse, pela situa-

ção trágica que vivem os povos daquela parte do Continente. Entre os protagonistas do drama está a Igreja, uma Igreja, por um lado, de grande vitalidade, freqüentemente fecundada pelo sangue de mártires; por outro lado, uma Igreja conivente com os poderosos, cega à tragédia desses povos. O livro aqui apresentado oferece uma boa base para a compreen-

são do fenômeno político, econômico, social e eclesial da América Central (exceto Panamá e Belize).

Na introdução (13-22), Pablo Richard explica a origem da obra e o método empregado em sua elaboração patrocinada por DEI (Departamento Ecumênico de Investigações). Os autores do livro são equipes dos chamados "quadros médios" de cada um dos países, isto é, nem acadêmicos, nem base. "São, isso sim, quadros dirigentes, ligados organicamente à base, e também com acesso aos instrumentos de produção teórica" (14). O material recolhido de uma reunião das equipes e dos informes escritos foi elaborado por Guillermo Meléndez. Essa redação foi posteriormente submetida ao estudo e às correções das equipes locais. Surgiu assim um texto produzido por quem vive de perto a situação dos diversos países, engajado na luta do povo.

Pressuposto metodológico é, por um lado, a consciência de "que a Igreja institucional é parte da realidade social e que, portanto, participa de todos os processos econômicos, políticos e culturais de seu tempo"; por outro, a autonomia relativa da Igreja frente a esses processos (15). Isto posto, interpreta-se a Igreja hierárquica não só a partir de seus documentos oficiais, mas principalmente a partir de sua prática social. Os estudos sobre cada país giram em torno a dois eixos fundamentais: a relação Igreja hierárquica – Estado – classes dominantes e a relação Igreja – movimentos populares.

Precedendo as análises da situação de cada país, há um estudo prévio sobre o marco econômico-político em que a Igreja centro-americana

evoluiu de 1960 a 1980. Esse estudo, muito elucidativo para a compreensão da situação centro-americana e dos estudos feitos por cada país, é da autoria de Guillermo Meléndez (23-45).

Os seguintes capítulos tratam, por ordem, da situação sócio-político-eclesial de El Salvador (45-125), Nicarágua (135-185), Guatemala (195-241), Costa Rica (251-300), Honduras (301-337), apresentando não só os fatos das duas décadas em questão, mas também suas raízes históricas, de forma que, por sua leitura, se adquire boa base de informação para compreender a atualidade centro-americana. A cada um dos três primeiros capítulos que tratam dos países em particular, segue-se em apêndice um artigo significativo sobre a situação da Igreja no respectivo país, tomado de outras fontes (El Salvador: 127-133; Nicarágua: 187-194; Guatemala: 243-249). Eles servem para completar, com tinturas mais jornalísticas, o quadro da análise.

A leitura permite não apenas uma visão da Igreja nesses países, mas também conhecer um pouco a história de exploração de que foram vítimas desde suas "independências". Para o leitor brasileiro, em geral desinformado a um nível mais profundo sobre a situação desses países, o livro é de grande valor, abrindo horizontes de compreensão. Para o cristão é uma leitura dolorosa e, ao mesmo tempo, consoladora. Dolorosa, pelo triste papel muitas vezes desempenhado pela hierarquia daqueles países e pela não menos triste figura de alguns hierarcas (p. ex.: a oposição acirrada de bispos salvadorenhos a Dom Oscar Romero; a figu-

ra do Cardeal Casariego, da Guatemala, possivelmente o único bispo do mundo que não anda sem guarda-costas...) Consolador, pela ação do Espírito Santo que se faz sentir na implantação da Igreja nas bases, nas figuras de alguns bispos valentes, de visão profética, no martírio de tantos cristãos desconhecidos, multidão sem nome no martirologio latino-americano. O livro deixa também apreensivo pelo exemplo de manipulação ideológica de fenômenos religiosos, como é

o caso de certos movimentos, como o de renovação carismática, usado como meio de desviar o cristão da tarefa de transformação da sociedade.

O livro apresenta no final uma bibliografia básica (339-345). Um livro que vale a pena ser lido e bem mereceria tradução urgente: tradução, para tornar-se mais acessível a nosso público; urgente, para não perder sua atualidade.

Francisco Taborda S.J.

SCHLESINGER, Hugo – PORTO, Humberto: *As religiões ontem e hoje.* Ed. Paulinas, São Paulo, 1982, 300 pp., 20,5 x 13,5 cm.

Esta obra se apresenta como “o primeiro DICIONÁRIO DAS RELIGIÕES, editado no Brasil” (p. 5). Seus autores são o Dr. Hugo Schlesinger e o Pe. Humberto Porto. O primeiro é jornalista, nascido na Polônia e radicado há mais de 35 anos no Brasil. Seus dados bibliográficos levam a pensar que pertence à religião mosaica. (Dúvida quanto a este ponto surge por ser ele membro de certa Academia *Cristã* de Letras). O segundo é sacerdote católico, da Arquidiocese de São Paulo. Trata-se, pois, de uma obra fruto do diálogo inter-religioso. Por isso mesmo, em determinados verbetes, os autores expõem “as posições paralelas” (especialmente judaica e cristã), “sem entrar em comparações, críticas, ou opções doutrinárias” (p. 5).

Em suas 284 páginas de texto em tipo miúdo, o leitor encontra verbetes curtos com palavras significativas de movimentos, atitudes, entidades,

atos de culto etc. das diversas religiões. Os verbetes de informação são os mais felizes e indiscutivelmente certos. No verbetes de conteúdo (p. ex.: Deus, Jesus Cristo, Monoteísmo...) que em geral são um pouco mais longos (uma coluna, na média), o resultado é mais discutível, mostrando a dificuldade de estabelecer sob um denominador comum crenças religiosas discordantes.

Os autores privilegiam o judaísmo e o cristianismo, o que é natural, dada a procedência de ambos. Mas também o islamismo, o budismo, o hinduísmo e outras religiões estão amplamente representadas. É estranho, no entanto, que no verbete Monoteísmo se tenha esquecido de mencionar o islamismo (cf. 185 s).

No prefácio os autores previnem o leitor que privilegiam “as formas religiosas vigentes em nosso país, relacionando-as sempre com a nossa história religiosa” (p. 5). Entretanto, o recensor decepcionou-se de não encontrar nenhuma menção à religião afro-brasileira e ameríndia. Não só faltam verbetes sobre termos específicos como orixás, babalaô, babalorixá,

axé, ou nomes das divindades como oxalá, iemanjá, exu, iansã, mas nem sequer aparecem os termos genéricos como candomblé, umbanda, batuque. Há um verbete sobre o espiritismo kardecista (cf. 104), mas não se trata do tema reencarnação. Essa omissão de religiões bem típicas do contexto brasileiro é tanto mais estranha, quando ocorrem termos bastante peregrinos de religiões longínquas no tempo e no espaço, como: eubage, “antigo sacerdote gaulés que se dedicava à adivinhação e à astrologia” (107); pir, “mestre religioso com tendências místicas do sufismo” (213); peã, “hino em honra de Apolo na religião grega” (208); svarga (258); galhetas (118), para só citar alguns exemplos tomados a esmo entre as centenas que se poderiam aduzir. Explicam-se termos da religião dos aborígenes australianos (cf. 203), mas nada sobre a religião dos escravos africanos no Brasil. Encontram-se nomes dos deuses do Egito antigo, da Grécia, de Roma, dos astecas, mas nenhum nome de orixá, nem sequer o termo ameríndio “tupã”, consagrado na Língua Geral do Brasil pela catequese jesuít-

ica. Mas sete páginas de bibliografia aparecem apenas quatro obras sobre o tema das religiões africanas, sendo um desses quatro títulos o de um mero artigo de revista. Realmente estranho, a ponto de o leitor ser obrigado a pensar numa omissão propositada. Será que os autores se julgaram incompetentes nesse setor? Teria sido bom fazer essa ressalva ao se declararem dispostos a privilegiar “as formas religiosas vigentes em nosso país” (p. 5). Ou reservam-se para tratar do assunto na sua outra obra já anunciada, “Crenças, seitas e símbolos religiosos”? Então, por que na bibliografia citam obras sobre a religião afro-brasileira? E uma questão mais de fundo: por que a religião africana e afro-brasileira seria “crença” ou “seita” e não religião? Por ser uma religião de escravos e de classes subalternas? A suspeita ideológica aflora fácil e forte nesses momentos. Em todo o caso a definição que os autores dão de religião no respectivo verbete (cf. 229), parece não justificar a omissão.

Francisco Taborda S.J.

NEOTTI, Clarêncio (coord.): *Puebla/Brasil: Comunicação. Um estudo crítico* (Série “Comunicação” 27). Ed. Loyola, São Paulo 1981. 315 pp., 21 x 14 cm.

O livro pretende ser um estudo crítico do capítulo de Puebla sobre os Meios de Comunicação Social. Contudo, pela diversidade de autores e pela amplitude da temática, parece que o livro transcende estas barreiras.

O referido capítulo de Puebla serve de trampolim para reflexões mais amplas.

O livro se divide em quatro partes, a saber: 1º Igreja/MCS na visão de Puebla; 2º Igreja/MCS: Bases pastorais; 3º Igreja/MCS: Aspectos éticos e sociológicos; 4º Igreja/MCS: Documentação.

Devido à grande diversidade de autores, provindos de distintos campos, com distintos interesses

e múltiplas visões, o livro se resente de uma visão unitária. Por isso mesmo, as contribuições são de diversos níveis quanto à linha e ao conteúdo.

Feita esta ressalva, pode-se dizer que o livro serve para mostrar algo da caminhada da Igreja frente aos Meios de Comunicação Social. De todas as contribuições contidas no livro, julgamos oportuno recomendar a leitura do nº 9: "Igreja e Rádio com Base em Medellín e Puebla", do prof. Dermi Azevedo. Com base em Medellín e Puebla, o autor traça um histórico do rádio no Brasil. Igualmente a leitura do nº 12: "Os periódicos editados pela Igreja no Brasil", do Prof. Ismar de Oliveira Soares, que nos apresenta um amplo panorama das diversas publicações da Igreja brasi-

leira. Recomendamos, outrossim, a leitura de toda a 3ª Parte, que nos apresenta uma reflexão ética e sociológica sobre os Meios de Comunicação realizada por pesquisadores e teóricos da comunicação no Brasil. A quarta Parte é interessante, pois nos apresenta os mais importantes documentos da Igreja Brasileira até 1981, complementada pela Reunião do Departamento de Comunicação do CELAM em março do mesmo ano.

Finalizando, pode-se dizer que este livro vem somar no contexto da reflexão sobre os Meios de Comunicação Social feita por organismos da Igreja no Brasil. É útil como documento e instrumental de análise.

Pedro Gilberto Gomes, S.J.

LORSCHTEITER, Dom Ivo: *A Palavra do Pastor*. Edições Paulinas, São Paulo, 1982. 486 pp. 21 x 13,5 cm.

Dom Ivo Lorscheiter não precisa ser apresentado. Sua atuação, primeiro como Secretário Geral, depois como Presidente da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), o tornaram uma personalidade de relevo na Igreja do Brasil e mesmo na Igreja Universal. Em "A Palavra do Pastor" encontramos-lo como bispo da Igreja particular de Santa Maria da Boca do Monte, no Rio Grande do Sul.

O livro reúne 224 palestras radiofônicas e um discurso de paraninfo. As primeiras foram selecionadas dentre as centenas de palestras pronunciadas entre 6 de agosto de 1974,

início do programa semanal que deu o título ao livro, e 9 de dezembro de 1980. Nelas D. Ivo conjuga sua função particular de bispo diocesano com seu papel nacional na Igreja do Brasil, passando de posicionamentos sobre problemas locais às questões que vive como membro da direção da CNBB. Mas tudo o faz desde a ótica do pastor local que oferece sua orientação semanal aos diocesanos. Sua intenção é ir "construindo uma verdadeira comunhão de pensamento e de ação em toda esta querida diocese de Santa Maria. Não é preciso que falemos todos a mesma linguagem. Não é possível, nem bom, que sobre todos os assuntos pensemos da mesma forma. Porém, nos pontos fundamentais e nas opções práticas adotadas neste bispado, deveremos chegar a uma coesão e unidade adulta e ale-

gre, que já por si terá a eloquência convincente de uma verdadeira pregação” (7). Cada ano volta a recordar essa sua “ambiciosa, mas necessária meta” (7, 94; cf. 94s, 164s, 226s). Outra data em que se mostra o pastor voltado para seu rebanho local, é o aniversário de sua tomada de posse na diocese de Santa Maria (cf. 73s, 146s), quando se manifesta claro o carinho para com o povo que lhe foi confiado pela Providência.

A cada ano voltam novas reflexões sobre temas permanentes, em conexão com a ocorrência de datas comemorativas (Páscoa, Natal, mês ou dia das vocações, Semana da Pátria, Campanha da Fraternidade, Ano Novo... e principalmente, como acontecimento marcante de sua diocese, a peregrinação anual ao Santuário de Nossa Senhora Medianeira que congrega cristãos de todo o Estado do Rio Grande do Sul). Outras reflexões são determinadas pelos acontecimen-

tos eclesiais, sociais, políticos (morte de Paulo VI e de João Paulo I, eleição de João Paulo II, Conferência de Puebla, a discussão em torno ao divórcio, orientação sobre eleições e política etc.). Seria longo enumerar a multiplicidade de temas tratados. Um índice temático (477-480) ajuda a localizar os assuntos.

Numa palavra: eis a obra de um pastor que se mostra fiel a seu lema, escolhido ao ser feito bispo: “Nova et Vetera” (“Coisas novas e velhas”). E ele o explica assim: “Trazer o Novo e o Velho. Cultivar e defender o que não pode ser mudado, mesmo que disso me venha o título de superado e tímido. Mas introduzir também e promover as legítimas inovações, mesmo ao preço de inovações (sic! certamente deve ler-se “incompreensões”) e desgostos” (74).

F.T.

TAMEZ, Elsa: *La hora de la vida. Lecturas bíblicas* (Col. “Aportes” 1). DEI, San José (Costa Rica) 1980, 2ª ed. 125 pp., 18 x 11,5 cm.

Este livro compõe-se de cinco reflexões bíblico-teológicas, cujo eixo central, como o título sugere, é o tema da vida. Deixemos que a própria autora nos guie na apresentação da obra.

“A primeira destas reflexões busca motivar o leitor a viver a vida” (10). Para tanto traz uma interpretação da ressurreição de Lázaro (Jo 11). “A seguinte [reflexão] tem como propósito mostrar que a opressão é

morte, e os sujeitos da opressão são indivíduos e forças sociais identificáveis” (10). A autora o faz através de textos do AT, identificando opressores, oprimidos e mecanismos de opressão e mostrando o imperativo de lutar contra. “A terceira releitura bíblica fala da boa notícia esperançosa e de vida, para as maiorias populares” (10). Trata-se de mostrar o que significa afirmar que o Evangelho é para os pobres. “A quarta [reflexão] propõe uma nova maneira de entender a conversão como passo prévio para a luta e a afirmação da existência humana” (10). A maneira de entender conversão não parece ao recensor tão nova assim: conversão é

voltar-se a Deus e praticar o que ele quer, ações de justiça que mantêm e restauram a vida. A quinta reflexão relê 1 Mc em paralelo com a situação latino-americana, através de poesias de Jorge Debravo e Nicolás Guillén.

A autora conclui sua introdução qualificando seu escrito de "simples" (11). Realmente é um escrito simples, singelo, de fácil leitura. Mas algumas vezes é simplista. A quinta reflexão justapõe a história dos Macabeus e a atualidade latino-americana, sem mediações críticas, num paralelismo fundamentalista. Também a exegese de Jo 11, na primeira reflexão, deixa a desejar, parecendo forçar o texto para tirar conclusões adaptadas à realidade latino-ameri-

cana. Sem dúvida, é importante, como diz a autora, que a Bíblia não se torne, contra sua intenção primordial, instrumento de domesticação ideológica (cf. 7-9). Entretanto, para que diga o que tem a dizer de libertação e de vida, não é necessário forçá-lo. Basta lê-lo em sua força original (cf., neste número de *PerspTeol*, a comunicação de J. Konings sobre "a leitura da Bíblia na perspectiva da libertação"). É, aliás, o que a autora faz na segunda, terceira e quarta reflexões.

O livrinho, de fácil leitura, poderá servir para meditação e para círculos bíblicos.

F. T.

GALILEA, Segundo: Reflexões dos Evangelhos da Liturgia a partir da realidade latino-americana para a homilia e a meditação (Coleção "Espírito e Vida"). Tradução do original castelhano por Eugenia Flavian. Revisão de Omir Wesley Andrade. Edições Paulinas, São Paulo 1983, 170 pp., 19 x 11 cm.

Segundo Galilae é, sem dúvida, um expoente da Teologia Espiritual latino-americana. Neste livro ele presta um serviço significativo à vivência litúrgica, oferecendo para cada dia da semana uma breve reflexão sobre o Evangelho, seguindo a distribuição do lecionário litúrgico quotidiano

vigente na Igreja Latina. Essas reflexões são resultado da experiência pastoral do autor, especialmente nas comunidades de base do Chile, Colômbia e México. Poderão ser de grande proveito para quem preside as celebrações diárias, dando pistas para uma breve homilia. Poderão ajudar também a qualquer cristão, como ponto de partida para meditar o Evangelho do dia. Uma obra assim preenche uma lacuna em nossa literatura para a vida cristã. O título brasileiro, desproporcionalmente comprido, teria podido ser evitado pelo uso do título original: "Anunciar o Evangelho cada dia".

F. T.

DIVERSOS AUTORES: *Fé e compromisso político*. Ed. Paulinas, São Paulo, 1982, 92 pp. 14,5 x 21 cm.

"*Fé e compromisso político* nasceu da prática. A vida é mais forte que as idéias. O que só vem da cabeça, da teoria, passa como nuvem e não cria raízes no chão da história. Mas o tema deste livro veio da luta dos militantes operários da Grande São Paulo, no ano eleitoral de 1982" (5). Com essas palavras Frei Betto começa a apresentação deste livro que reúne as palestras da II Semana do Trabalhador, promovida pela Pastoral Operária de São Bernardo do Campo e pela Matriz da Boa Viagem. Sua publicação destina-se a que também outras comunidades possam refletir sobre os problemas que a prática pastoral e a atividade política levantam para o cristão. O texto é simples, em linguagem coloquial. Não deve ter sido escrito, mas sim transcrito de gravação.

O livro contém cinco palestras. Luiz Eduardo Wanderley explica "Como funciona a política no Brasil" (7-22), apresentando em esboço a história política do Brasil, especialmente a partir de Getúlio Vargas e a estrutura fundamental de governo na sociedade brasileira.

Herbert José de Souza falou sobre "Relação Igreja-poder político" (23-31), explicando brevemente as correntes internas da Igreja e como

Igreja e povo se encontraram numa luta comum.

O teólogo Clodovis Boff apresenta a "Atuação política de Jesus (33-53) num esquema claro e simples, situando primeiro, sob os prismas econômico, político, social e cultural, a sociedade em que Jesus atuou, para mostrar qual o posicionamento de Jesus, sua atuação política nessa sociedade, e tirar daí as conseqüências para a atuação do cristão nos dias de hoje.

Sob o título "O cristão e militância política" (55-72) reúnem-se os depoimentos de três operários cristãos filiados a três diferentes partidos políticos: Anízio Batista (PT, de São Paulo), Vicentinho (PMDB, de São Paulo) e João Elias (PDT, do Rio Grande do Sul).

Por fim, D. Cláudio Hummes descortina as "Exigências políticas da pastoral do ABC" (73-90), falando do plano de Deus, desrespeitado na sociedade capitalista, e de como é necessário que o povo se tome sujeito, reconheça sua dignidade e se organize para atacar na raiz os problemas que nos desafiam. É nesse sentido que se devem entender as CEBs (uma bela página sobre as CEBs, pronunciada pela boca de um pastor: 85-86) e as diversas pastorais da diocese.

Um livro que será muito proveitoso para a reflexão das comunidades. As Ed. Paulinas merecem aplauso por essa sua nova linha de publicações.

Francisco Taborá, S.J.
